



NOTAS TEÓRICAS ACERCA DA SUSTENTABILIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES DO CONCEITO

Laís Ariane Martins Barbosa Correia¹, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lais2004@gmail.com;
Maria Luiza de Medeiros Galvão², Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, luiza.galvao@ifrn.edu.br;
Ione Rodrigues Diniz Morais³, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ionerdm@yahoo.com.br

Resumo

Diante do contexto sociopolítico e econômico global que elegeu a Sustentabilidade como o maior desafio do presente século, o artigo apresenta um diálogo com as perspectivas possíveis da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, compreendendo suas limitações na atualidade a partir da obra de Leonardo Boff (2017). O presente texto, que integra o referencial teórico da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGe/UFRN, destaca que se existe um movimento em direção à Sustentabilidade, ainda que aparentemente incoerente, faz-se relevante estudá-lo. Conclui que mesmo diante das insuficiências e dos contrassensos, há de se destacar o amadurecimento do conceito: da abordagem de questões puramente relacionadas ao uso dos recursos naturais aos aspectos relacionados às desigualdades sociais, à inserção política dos indivíduos e aos aspectos culturais e étnicos. Encerra convidando ao aprofundamento do debate e a leitura crítica do conceito de Sustentabilidade e da sua relação e efetivação junto às atividades que se constituem mola mestra propulsora da infraestrutura necessária para o desenvolvimento humano, em nível global ou local, a exemplo da energia, da água, do saneamento, do transporte e da telecomunicação.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

¹ Doutorando junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGe/UFRN; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

² Doutora em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora de Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Titular da referida instituição, atualmente vinculada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (DGE-CCHLA).



1. Introdução

Diante da crescente problemática ambiental e seu impacto na relação sociedade-natureza, a partir do final da década de 1970, observamos uma maior participação dos países desenvolvidos, tanto no debate quanto na implementação de ações voltadas à promoção da saúde em espaços urbanos, ao combate à pobreza, à desigualdade e à degradação ambiental. Desse período em diante, ganham destaque iniciativas que levam em conta o desenvolvimento humano sustentável, a integração social e a governabilidade, como os movimentos de cidades sustentáveis, comunidades solidárias, de cidades inteligentes, de cidades iluminadas e a Agenda 21 (WESTPHAL, MENDES, 2000).

Nessa tessitura a Organização das Nações Unidas - ONU estabelece um compromisso com a promoção do Desenvolvimento Sustentável, renovado em 2015, por meio do documento Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), um pacto global para eliminação da pobreza, pautado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, operacionalizados em 169 metas. Recorrentemente identificado como Agenda 2030, esse documento foi ratificado por 193 Estados-membros da ONU, que se comprometeram a adotar “medidas ousadas e transformadoras, para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos (2015 – 2030), sem deixar ninguém para trás” (ONU, 2015, p. 8).

Assim, considerando a relevância das discussões sobre o meio ambiente e a necessidade de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento (PHILIPPI JR, REIS, 2016), bem como o contexto político, socioeconômico e ambiental global que elegeu a Sustentabilidade como o maior desafio no século XXI (VECCHIA, 2010), vê-se que a Sustentabilidade, atualmente, representa o compromisso ético com a agenda global que orienta o desenvolvimento econômico, social e ambiental nas diversas escalas geográficas. Objetivando a redução da crescente degradação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, das famílias e da comunidade local, sobretudo em países em desenvolvimento, a discussão acerca da Sustentabilidade, e da própria Agenda 2030, ganha notório espaço na agenda política dos países (FARIAS; SELLITTO, 2011), embora não necessariamente de forma articulada ou mesmo proporcional.

Dentre os muitos temas (17 ODS), a Agenda 2030 lança luzes sobre a importância da promoção da saúde em sentido amplo (ODS 3), da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio da adoção de fontes energéticas limpas e renováveis (ODS 7) e do desafio de pensar o desenvolvimento numa perspectiva territorial, fomentando cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11). Esses temas são desafiadores, dadas as condições de saúde das pessoas e de salubridade dos lugares na atualidade; a importância da energia enquanto força que alimenta todos os setores da sociedade com comprovado impacto no bem-estar do ser humano e no desenvolvimento da atividade econômica (SEIFFERT, 2013), e os desafios da implementação prática da sustentabilidade em escala global.

Assim, considerando, os preceitos da Agenda 2030, a interdependência entre os ODS, o alinhamento do discurso das grandes corporações e das nações de hegemonia econômica mundial acerca da necessidade de se alcançar a sustentabilidade planetária, eliminando todas as



formas de pobreza (ONU, 2015), e tendo a produção de eletricidade, a partir de fontes renováveis, como um meio tanto para combater os efeitos da mudanças climáticas, quanto para alcançar a sustentabilidade em sentido amplo; encontra-se em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGGe/UFRN, nossa tese de doutorado que relaciona os temas saúde, energia e sustentabilidade com vistas à análise da Promoção da Saúde em territórios usados para a produção de energia eólica no Rio Grande do Norte.

A tese, foca no uso que os homens, as instituições e as firmas fazem do Território (SANTOS, 2014a), relacionando a promoção da saúde, em maior ou menor escala, com os usos que lhe são imputados - em particular a produção de eletricidade. Essa articulação se ancora na interdependência dos ODS da Agenda 2030. Com clara relação com o ODS relacionado à saúde (ODS 3), a tese dialoga, também, com o ODS 7 que aborda a questão energética, reconhecendo, assim, o impacto significativo que a eletrificação tem na vida da população, no fomento as atividades produtivas e, por conseguinte, no bem-estar das famílias e na melhoria da sua qualidade de vida (VECCHIA, 2010).

Dito isso, o artigo em tela contempla um recorte das reflexões teóricas tecidas quando do levantamento do estado da arte acerca do conceito Sustentabilidade. Nesse processo nos deparamos com a obra do professor Leonardo Boff que de forma muito clara, como propõe no título do livro, nos apresenta a “Sustentabilidade: o que é, o que não é” (BOFF, 2017). Conquanto, a fim de compreender as limitações da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável na atualidade e dialogar com as perspectivas possíveis, interessa no âmbito dessa investigação, três dos nove modelos apresentados pelo autor na referida obra, quais sejam: o Modelo – padrão de Desenvolvimento Sustentável - base do discurso da ONU; o Modelo do Ecodesenvolvimento e, a perspectiva do Bem-viver dos povos andinos. Esses dois últimos se apresentam como perspectiva de uma Sustentabilidade possível, estabelecendo também interface com os preceitos de promoção da saúde que trabalhamos.

2. Metodologia

A pesquisa em rela se caracteriza como exploratória descritiva, tendo adotado como procedimento chave o levantamento bibliográfico (SEVERINO, 2016), sobretudo do conceito de Sustentabilidade com foco na obra de Leonardo Boff (2017). Dessa forma, o artigo tem o objetivo de apresentar um diálogo com as perspectivas possíveis da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, compreendendo suas limitações na atualidade, a partir da obra de Leonardo Boff (2017).



3. Fundamentação teórica

Considerando que é no território usado que se realizam todas as dimensões da existência humana, bem como o contexto de vida que repercute diretamente na promoção da saúde, estudar a promoção na saúde no território demanda incluímos no debate o conceito de Sustentabilidade, que ganhou destaque no século XX com as grandes conferências da ONU, realizadas de 1970 em diante. O primeiro registro da palavra Sustentabilidade tem mais de 400 anos, e data do século XVI quando foi cunhado o termo alemão *Nachhaltigkeit*, nos ciclos de debates sobre Silvicultura e uso racional das florestas no território da atual Alemanha. Mas, é somente em 1713 que o termo se torna estratégico, com o lançamento de um documento em latim, língua científica da época, sobre a sustentabilidade das florestas e o uso sustentável da madeira (BOFF, 2017)

Com isso, no final do século XVIII o conceito de Sustentabilidade ganha os contornos que conhecemos atualmente, prova disso é a declaração de Carl Georg Ludwig Hartig de que seria uma sábia medida avaliar o desflorestamento e “usar as florestas de tal maneira que as futuras gerações tenham as mesmas vantagens que a atual” (BOFF, 2017, p. 35, grifo nosso), registrada no livro *Indicações para a avaliação e a descrição das florestas* (Anweisung zur Taxation und Beschreibung der Forste). O conceito se manteve vivo nos círculos ligados à Silvicultura, repercutindo na década de 1970 junto ao Clube de Roma que o torna central no relatório acerca dos limites do crescimento (BOFF, 2017)

A Sustentabilidade, portanto, passa a ser definida através de dimensões que, inicialmente, conformaram um tripé (econômica, social e ambiental) e foram expandidas para cinco dimensões (social, econômica, ecológica, espacial e cultural), complementadas pela necessidade de buscar o equilíbrio entre as formas de capital (humano, natural, físico, financeiro), o quadro institucional e os recursos culturais (SACHS, 1993). Uma outra abordagem, numa aproximação *stricto sensu* de Sustentabilidade, evoca uma dimensão de longo prazo, como a capacidade de um sistema humano, natural ou misto, resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado - essa capacidade lhe conferiria o atributo de sustentável (SARTORI, LATRÔNICO, CAMPOS, 2014).

Há também a abordagem que evidencia o caráter normativo, cujos princípios orientam como os seres humanos devem agir em relação à natureza – com responsabilidade não só com o próximo hoje, mas também para as futuras gerações. Nesse contexto, a Sustentabilidade se coaduna com crescimento econômico, baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (SARTORI, LATRÔNICO, CAMPOS, 2014). Com base no exposto, percebemos que o termo Sustentabilidade é multifacetário e sua definição pode variar de acordo com a cosmovisão que apoia a leitura de mundo de quem o define (BOFF, 2017); entendimento que será retomado na sequência.

Por sua vez, no presente trabalho, importa o contexto de desenvolvimento do conceito de Sustentabilidade e seu uso por organismos internacionais, sendo este entendido para além das noções de crescimento e desenvolvimento, abarcando “todos os territórios da realidade, que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUDGAMPINAS

WIPES WIPES

Apoio: Agência das Relações PCJ

COMITÊS PCJ

idades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas” (BOFF, 2017, p. 15). Nesse recorte, o conceito se alinha à promoção da saúde na medida em que apregoa a melhoria das condições de vida no presente, aliada à sustentabilidade dos processos que se desenvolvem no território, tendo em vista a qualidade de vida das gerações futuras.

O discurso da necessidade da preservação ambiental, da melhoria da qualidade de vida das populações e da sustentabilidade global não é recente, e vem sendo ratificado pela ONU, pelas nações e pelos organismos internacionais desde a década de 1970, quando da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente e a criação Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em 1972. Na sequência, em 1984, ocorreu uma nova Conferência mundial e a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que publicou, em 1987, o Relatório “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório Brundtland.

Dada a repercussão do Relatório Brundtland, a ONU realiza uma série de Conferências, consolidando agendas globais voltadas à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, e Agenda 2030 com os ODS. O Quadro 01 apresenta uma síntese dessas três principais iniciativas globais e suas respectivas metas, coordenadas pela ONU, a partir da década de 1990.



IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização:



Apoio:



Quadro 01 – Objetivos das Agendas Globais da ONU.

Agenda 21 (1992)	Objetivos Do Milênio – ODM (2000)	Agenda 2030 e os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS (2015)
1 - Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício	1 - Acabar com a fome e a miséria	1 - Erradicação da Pobreza
2 - Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas	2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos	2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
3 - Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional	3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	3 - Saúde e Bem-Estar
4 - Energia renovável e a biomassa	4 - Reduzir a mortalidade infantil	4 - Educação de Qualidade
5 - Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável	5 - Melhorar a saúde das gestantes	5 - Igualdade de Gênero
6 - Educação permanente para o trabalho e a vida	6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças	6 - Água Potável e Saneamento
7 - Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS	7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente	7 - Energia Acessível e Limpa
8 - Inclusão social e distribuição de renda	8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento	8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
9 - Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde		9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
10 - Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana		10 - Redução da Desigualdades
11 - Desenvolvimento sustentável do Brasil rural		11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
12 - Promoção da agricultura sustentável		12 - Consumo e Produção Responsáveis
13 - Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável		13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima
14 - Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável		14 - Vida na Água
15 - Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas		15 – Vida Terrestre
16 - Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade		16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17 - Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local		17 - Parcerias e meios de implementação

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir de dados da Organização das Nações Unidas – ONU (2021).



A partir das iniciativas listadas no Quadro 01, a ONU inicia um processo de parceria com mercado, empresas, governos e sociedade civil (universidades, movimentos sociais) em torno de soluções abrangentes para promoção da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável em escala planetária, reverberando o discurso da necessidade de se frear o crescimento econômico desequilibrado e desigual, e de estimular o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

A Agenda 21 resultou da segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil. Os Objetivos do Milênio, por sua vez, são um documento complementar a Agenda 21 com ênfase nas políticas de globalização e na erradicação da pobreza e da fome, adotada no ano de 2000 na 55ª Assembleia Geral da ONU e referendada na assembleia seguinte em 2002 em Johannesburgo, África.

Atualmente em vigor, a Agenda 2030 tem a mesma base das suas predecessoras, mas traz uma abordagem mais prática e objetiva para a plataforma que já vinha sendo trabalhada pela ONU. Ela trata do que deve ser feito, a partir das avaliações dos ODM, pós 2015, considerando o prazo de mais 15 anos (até 2030) para cumprimento das 169 metas propostas. Nesse mesmo ano, 2015, também foi assinado o “Acordo de Paris”, pacto global para enfrentamento das mudanças climáticas. Esse acordo, junto com a Agenda 2030, propõe-se ao enfrentamento da fome e das consequências das mudanças climáticas, problemas que estão intrinsecamente relacionados.

Nesse contexto destacamos a iniciativa mais recente da ONU: a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula ODS, realizada em 2019 em Nova York para avaliação do processo de implementação da Agenda 2030 e do cumprimento dos seus objetivos. Diante do quadro de insuficiência de ação para se alcançar as metas propostas em 2030, resultaram desse encontro 100 ações de aceleração de implementação dos ODS e uma declaração política que apontava o período de 2020 a 2030 como a Década de Ação, com apelo de entrega e dedicação das nações signatárias para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2020).

Diante desse cenário, constatamos que os documentos resultantes das Conferências da ONU são ricos, e as necessidades que apontam são reais e urgentes. Mas, na prática, a grande contribuição desses encontros foi basicamente o despertar da consciência ambiental na humanidade (BOFF, 2017), não tendo repercutido em grandes movimentos políticos para uma transformação na forma de se conduzir a vida na Terra.

A Conferência de 1992 (Rio 92) foi um marco na discussão ambiental em nível global, tendo prosperado, segundo Boff (2017), graças ao espírito de cooperação favorecido pela queda do Império Soviético e do Muro de Berlim. Já em 2002 (Rio+10), os interesses econômicos corporativos sobrepujaram a urgência de conter as mudanças climáticas, havendo um claro boicote, por partes das grandes potências, da discussão das energias alternativas. Em 2012, a Rio +20 teve como temas geradores “sustentabilidade”, “economia verde” e “governança global do



ambiente”. Contudo, o documento final “Que futuro queremos”, não chegou a propor nenhuma meta concreta para erradicar a pobreza, controlar o aquecimento global e salvaguardar os serviços ecossistêmicos da Terra, dada a falta de consenso dos 193 representantes (BOFF, 2017).

Diante desse quadro pouco produtivo de iniciativas globais em torno das questões ambientais, com claro impacto na qualidade de vida das pessoas, da banalização do conceito de Sustentabilidade e da sua captação pelas empresas com clara finalidade mercadológica, Boff (2017) problematiza que o substantivo Sustentabilidade e o adjetivo sustentável viraram uma espécie de etiqueta. Ou seja, quando presente agregam valor aos produtos e processos, contudo, a maioria daquilo anunciado como sustentável não o é, inclusive o tão difundido Desenvolvimento defendido pela ONU.

O esvaziamento do conceito e sua taxação de modismo têm razão de ser no movimento aparente e superficial dos governos e empresas que se viram diante de uma pressão mundial para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento (BOFF, 2017). Nesse cenário, a responsabilidade social se apresenta insuficiente, uma vez que não considera a interface com a natureza, sendo introduzida a responsabilidade socioambiental. Surgem, assim, as inovações tecnológicas mais suaves e ecoamigáveis, que ajudaram nesse propósito, embora desenvolvidas, contraditoriamente, sob a égide de um tipo de crescimento e desenvolvimento que implica a dominação da natureza.

Outro ponto sensível e que se mantém oculto sob o rótulo da Sustentabilidade aos olhos da maioria, é o fato de que “não é possível um impacto ambiental zero, pois toda geração de energia cobra algum custo ambiental” (BOFF, 2017, p. 40), inclusive a geração de energia renovável. Assim, diante das contradições que envolvem a temática ambiental e a necessidade de rever a forma de exploração da natureza, Boff (2017) mapeou nove modelos que buscam a Sustentabilidade:

- i. Modelo - padrão de Desenvolvimento Sustentável com a Sustentabilidade retórica focada em 3 pilares (econômica, social e ambiental);
- ii. Modelo que propõe melhorias no modelo-padrão de Sustentabilidade com a ampliação de 3 para 5 pilares da Sustentabilidade, buscando preencher o vazio dos elementos humanísticos e éticos no modelo anterior;
- iii. Modelo do Neocapitalismo e a ausência de Sustentabilidade;
- iv. Modelo do Capitalismo Natural e a Sustentabilidade enganosa;
- v. Modelo da Economia Verde e a Sustentabilidade fraca, que aponta a pobreza, no lugar da desigualdade, como causa da insustentabilidade atual;
- vi. Modelo do Ecosocialismo e a Sustentabilidade insuficiente;
- vii. Modelo do Ecodesenvolvimento ou da Bioeconomia e a Sustentabilidade possível;
- viii. Modelo da Economia Solidária e a microssustentabilidade viável;



ix. O Bem-viver dos povos andinos e a Sustentabilidade desejada.

Segundo o autor (BOFF, 2017), na maioria desses modelos, a Sustentabilidade é mais aparente que real. A fim de compreender as limitações da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável na atualidade e dialogar com as perspectivas possíveis, interessa no âmbito dessa investigação, três dos nove modelos apresentados pelo autor, quais sejam: o Modelo – padrão de Desenvolvimento Sustentável - base do discurso da ONU; o Modelo do Ecodesenvolvimento e, a perspectiva do Bem-viver dos povos andinos. Esses dois últimos se apresentam como perspectiva de uma Sustentabilidade possível, estabelecendo também interface com os preceitos de promoção de Territórios Saudáveis. Dito isso, não nos deteremos na elucidação dos outros seis, recomendando a consulta direta a obra “Sustentabilidade: o que é - o que não é” (BOFF, 2017) para tal.

O Modelo – Padrão de Desenvolvimento Sustentável é amplamente difundido pela ONU desde final dos anos 1980, quando do lançamento do Relatório “Nosso futuro comum” - Relatório Brundtland (ONU, 1987), que uniu setores da sociedade até então dissonantes, sob a égide do Desenvolvimento Sustentável. Esse tipo de desenvolvimento, encabeçado pela ONU, e adotado como mantra, desde então, por muitos governos ao redor do mundo, contempla os eixos ecológico, econômico e social, conciliando o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e, ainda, o fim da pobreza no mundo.

Outrossim, um Desenvolvimento Sustentável remete aos processos de mudanças socio-políticas, socioeconômicas e institucionais para suprir as necessidades básicas da população, tanto no presente como no futuro (JARA, 1998). Logo, esse tipo de desenvolvimento requer a eliminação das principais fontes de privação de liberdade, com destaque para a pobreza e a negligência no acesso aos serviços públicos, sobretudo, àqueles relacionados à promoção da vida e dignidade humanas (VEIGA, 2005). A partir da década de 1990, a política e o mercado mundial passam a se pautar na Triple Bottom Line, ou tripé da Sustentabilidade, que declara: um desenvolvimento sustentável deve ser “economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto” (BOFF, 2017, p. 45).

No campo abstrato, das ideias e do discurso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado pela ONU, como caminho para promoção da Sustentabilidade da vida na Terra, é extremamente convincente, pois agrega, na sua premissa, todas as áreas da vida humana, conforme o tripé da Sustentabilidade. As incoerências, contudo, aparecem na prática e na inexecutabilidade desse tipo de desenvolvimento, haja vista as suas bases epistemológicas contraditórias e incoerentes (BOFF, 2017).

Acerca disso, Boff (2017) faz uma crítica contundente analisando detalhadamente os três pilares da Sustentabilidade, apontando as incoerências e explicando que o Desenvolvimento Sustentável não é uma realidade hoje, e nem o será, pois é antropocêntrico, contraditório e equivocado. Segundo o autor, é antropocêntrico, pois enxerga o ser humano acima da natureza ou fora dela, pautando a vida na Terra num modelo industrialista/capitalista/consumista focado nas necessidades do homem, desconsiderando o sistema como um todo; é contraditório, pois



desenvolvimento e sustentabilidade têm lógicas que se autonegam, e é equivocado, porque alega como causa aquilo que é efeito, apontando a pobreza como causa da degradação ecológica, sem tocar na chaga da desigualdade que alimenta o sistema capitalista vigente (BOFF, 2017).

Assim, juntar Desenvolvimento e Sustentabilidade em um processo único configura uma contradição nos próprios termos, pois obedecem a lógicas que se contrapõem:

O desenvolvimento é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – riqueza de um lado e pobreza do outro – e privilegia a acumulação individual. Portanto, é um termo que vem do campo da economia política industrialista/capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução (BOFF, 2017, p. 47).

Ou seja, enquanto o Desenvolvimento privilegia o indivíduo, a competição e a evolução do mais apto, a Sustentabilidade remete ao coletivo, à cooperação e à coevolução de todos juntos e inter-relacionados. Por isso, o autor chama de retórica a Sustentabilidade apregoada nesse modelo, constituindo-se muito mais em um discurso político do que propriamente em um processo real. A falsidade retórica, como denomina Boff (2017, p. 50), estende-se ainda na impossibilidade da justiça social no âmbito do atual paradigma de produção e consumo, e no fato de que “o processo de produção de bens necessários para a vida e dos supérfluos que formam a grande maioria dos produtos é tudo, menos ambientalmente correto”.

Assim, o discurso de Sustentabilidade desse modelo se apresenta vazio e retórico. Ademais, o Desenvolvimento Sustentável se apresenta, antes de tudo, como estratégia política, representando “uma maneira hábil de desviar a atenção para os reais problemas, que são a injustiça social nacional e mundial, o aquecimento global crescente e as ameaças que pairam sobre a sobrevivência de nossa civilização e da espécie humana” (BOFF, 2017, p. 50).

Apesar dessa constatação, nem tudo é perdido. Avanços têm acontecido, e a própria ONU tem realizado um esforço de ampliação desse entendimento, a exemplo do ideal de Sustentabilidade registrado na Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos ao Desenvolvimento, de 1993, compreendendo o desenvolvimento em sua dimensão integral, ou seja, como um processo econômico, social, cultural e político abrangente. A esse entendimento, destacando ser, ainda, ideal e utópico, Boff (2017) acrescenta as dimensões psicológica e espiritual, afirmando que a Sustentabilidade ideal deve compreender o desenvolvimento como um processo econômico, social, cultural, político, psicológico e espiritual abrangente.

O segundo modelo que merece destaque nas reflexões tecidas no presente trabalho é o Modelo do Ecodesenvolvimento ou da Bioeconomia. Para Boff (2017), esse modelo apresenta duas perspectivas para promoção da sustentabilidade ambiental e equidade social: o decresci-

mento e o ecodesenvolvimento. O decrescimento propõe o abandono do ideal moderno de crescimento ilimitado (LATOUCHE, 2009) e a partir da máxima ‘consumir menos para viver melhor’ (BAYON, FLIPO, SCHNEIDER, 2010), visa à redução do crescimento e à mudança de foco da quantidade para a qualidade dele, haja vista a preservação dos bens e serviços ambientais necessários às futuras gerações.

Por sua vez, o economista polonês Ignacy Sachs, que se debruça sobre a questão ambiental desde a década de 1980, defende que não se trata de assumir o decrescimento, mas de conferir outro rumo ao desenvolvimento com a descarbonização da produção, a redução do impacto ambiental e a promoção de valores intangíveis como generosidade, cooperação, solidariedade e compaixão (BOFF, 2017). Nesse sentido, apresentam-se como condições para uma sustentabilidade aceitável a partir de um ecodesenvolvimento

“a sensível diminuição das desigualdades sociais, a incorporação da cidadania como participação popular no jogo democrático, respeito às diferenças culturais e à introdução de valores éticos de respeito a toda vida e um cuidado permanente do meio ambiente” (BOFF, 2017, p. 63).

No Brasil, essa noção reverbera nos trabalhos do Prof. Ladislau Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e no seu conceito de democracia econômica, com uma perspectiva de crescimento sustentável, suficiente, eficiente, equânime (BOFF, 2017). Nas análises de Dowbor e de Sachs, que combinam economia, ecologia, justiça e inclusão social, vislumbramos o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade possível, “apesar dos constrangimentos impostos pela predominância do modo de produção industrialista, consumista, individualista, predador e poluidor” (BOFF, 2014, p. 01).

O terceiro modelo que destacamos, dentre os nove apresentados por Boff (2017, p. 67), é o Bem-viver dos povos andinos, que diz respeito a uma “ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo”. Com isso, a preocupação central não é acumular, mas a harmonia com o todo – a comunidade e o sistema natural que a suporta, a sustenta, remetendo a uma clara dimensão espiritual da sustentabilidade. O autor esclarece que o termo “povos andinos” tem uma carga mais filosófica do que propriamente ancestral e temporal, evocando uma dimensão espiritual no relacionamento com a comunidade e a natureza.

Importante esclarecer que o bem viver andino não é o nosso ‘viver melhor’, e não deve ser tomado como ‘qualidade de vida’, frequentemente definida a partir do potencial de consumo. Antes, tem o seu sentido resumido nos valores da sabedoria Aymar, que declara que bem viver é “saber comer (alimentos são); saber beber (dando sempre um pouco à Pachamama); saber dançar (entrar numa relação cósmico-telúrica); saber dormir (com a cabeça ao norte e os pés ao sul); saber trabalhar (não como peso, mas como uma autorrealização) (...)” (BOFF, 2017, p. 67). Ou seja, o saber viver tem relação direta com o ser: para si, para o outro e para o mundo. Se, numa primeira leitura, o bem viver se apresenta muito filosófico, para os povos andinos é



um conceito central que permeia seu modo de viver e de se relacionar, constando inclusive na Constituição de países como Bolívia e Equador (BOFF, 2017).

Resumidamente, mais importante que a formulação conceitual de Sustentabilidade, é a ideia central na qual ela deve estar pautada, de que “Não é tolerável eticamente que sociedades particulares vivam à custa de outras sociedades ou de outras regiões” (BOFF, 2017, p. 70). A sustentabilidade deve prezar pelo sistema como um todo – sociedade e natureza, vistos como interdependentes; pois, do contrário, permanecerá restrita ao discurso, como o foi até agora (BOFF, 2017).

4. Conclusões

O movimento de diálogo registrado no presente texto que, conforme mencionado na introdução, compõe parte do referencial teórico da nossa tese, colocou-nos diante de entraves importantes à implementação do conceito de Sustentabilidade, à efetivação do Desenvolvimento que se propõe sustentável, e à própria realização dos ODS da ONU. Essa consciência só foi possível na medida em que buscamos na obra de Leonardo Boff (2017) não somente a exposição do conceito, mas também a problematização dele frente aos diversos grupos que o utilizam, as cosmovisões envolvidas nas delimitações conceituais e a sua contribuição prática e real para a manutenção da vida na Terra,

Apesar de tudo que foi problematizado e das incoerências apontadas, vivemos hoje um contexto político, socioeconômico e ambiental global que elegeu a Sustentabilidade como o maior desafio no século XXI (VECCHIA, 2010). Com isso, o conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável tem sido considerado, em alguma medida, por aqueles que de fato têm poder de decisão (nações, grandes empresas e organismos internacionais) com impacto na geopolítica mundial.

E, embora o conceito apresente insuficiências e contrassensos, há de se destacar o seu amadurecimento: da abordagem de questões puramente relacionadas ao uso dos recursos naturais aos aspectos relacionados às desigualdades sociais, à inserção política dos indivíduos e aos aspectos culturais e étnicos (TRENTINI, SAES, 2010). Logo, se existe um movimento em direção à Sustentabilidade, ainda que aparentemente incoerente, faz-se relevante estudá-lo. Não apenas do conceito em si, mas a sua relação e efetivação junto às atividades que se constituem mola mestra propulsora da infraestrutura necessária para o desenvolvimento humano, em nível global ou local, a exemplo da energia, da água, do saneamento, do transporte e da telecomunicação (VECCHIA, 2010).

Diante do exposto, consideramos o texto em tela uma carta convite ao aprofundamento do debate e ao estudo exaustivo e a leitura crítica do conceito de Sustentabilidade. Conforme delimitado no objetivo, o texto se ancora primordialmente na obra de Boff (2017), sendo indispensável ao crescimento da ciência e o enriquecimento do debate uma complementação do texto em tela a luz de outros autores que pautam esse importante tema.

5. Referências bibliográficas

BAYON, D.; FLIPO F.; SCHNEIDER, F. **La décroissance**, 10 questions pour comprendre et en débattre. Paris: Éditions La Découverte, 2010.

BOFF, L. **O sentido de uma bioeconomia ou de um ecodesenvolvimento**. 2014. DISPONÍVEL EM: <https://www.brasil247.com/blog/o-sentido-de-uma-bioeconomia-ou-de-um-ecodesenvolvimento>. Acesso: 20. abril 2021

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017. Edição do Kindle.

FARIAS, L. M.; SELBITTO, M. A. Uso da energia ao longo da história: evolução e perspectivas futuras. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 12, 2011

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1998.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fonte, 2009

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Década de Ação 2020: O Futuro Começa Hoje**. 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/decada-de-acao-2020-o-futuro-comeca-hoje/>. Acesso 10 mar 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1Po5zlk>. Acesso em: 10 Mar. 2021.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; REIS, L. B. dos. **Energia e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SARTORI, S. LATRÔNICO, F. CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 1, p. 1-22, jan-mar. 2014

SEIFFERT, M. E. B. **Mercado de Carbono e o Protocolo de Quioto: oportunidades de negócio na busca de sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE FUD-CAMPINAS WIPES WIPIS

Apoio: Agência das Relações PCJ COMITÊS PCJ

TRENTINI, F. SAES, M. S. M. (Org.). **Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis**. São Paulo: Annablume, 2010.

VECCHIA, R. **O meio ambiente e as energias renováveis: instrumentos de liderança visionária para a sociedade sustentável**. Barueri-SP: Manole: Minha Editora, 2010.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WESTPHAL, M. F. MENDES, R. Cidade Saudável: uma experiência de Interdisciplinaridade e inter-setorialidade. **Revista de Administração Pública – RAP** - Rio de Janeiro, FGV, 34 (6): 47-61, Nov./Dez. 2000. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DVNPAL-Meo3EJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6347+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 11 julho 2019